

QUESTÃO 26

Com relação ao crime de atentado violento ao pudor – art. 214 do Código Penal (CP) –, julgue os itens que se seguem.

- ① A ação penal, via de regra, deve ser proposta no prazo de três meses, contados a partir da data em que a pessoa ofendida teve conhecimento da autoria do fato.
- ② Cometido o crime, mediante grave ameaça, contra ofendida maior e capaz, juridicamente pobre e desconhecida do agressor, a ação penal será pública incondicionada.
- ③ O casamento da vítima com o agente do crime extingue a punibilidade.
- ④ O homem pode ser sujeito passivo.
- ⑤ A esposa pode ser sujeito passivo do atentado violento ao pudor cometido por seu marido.

QUESTÃO 27

Em relação aos crimes contra a pessoa, julgue os seguintes itens.

- ① Se for doloso o homicídio, a pena será aumentada de um terço, no caso de crime praticado contra pessoa menor de catorze anos.
- ② O perdão judicial pode ser aplicado ao crime de lesões corporais dolosas simples.
- ③ Não é crime o aborto realizado pela própria gestante, se for provado que o feto estava contaminado com vírus causador de doença incurável.
- ④ O condenado por homicídio doloso qualificado por motivo torpe não pode ser beneficiado por livramento condicional.
- ⑤ O evento morte, ocorrido durante uma rixa, qualifica a conduta de todos os contendores.

QUESTÃO 28

Acerca dos elementos constitutivos do crime (tipicidade, ilicitude e culpabilidade), julgue os itens a seguir.

- ① A previsibilidade objetiva do resultado da conduta é elemento da tipicidade culposa, ao passo que a previsibilidade subjetiva é elemento da culpabilidade.
- ② O potencial conhecimento da ilicitude do fato, para a teoria normativa, integra a culpabilidade.
- ③ Na culpa consciente, o agente tem a previsão do resultado.
- ④ Não há concorrência de culpas no direito penal.
- ⑤ O erro de proibição exclui a ilicitude da conduta.

QUESTÃO 29

Nos crimes contra o patrimônio,

- ① a expressão coisa **alheia**, incluída, por exemplo, na definição dos crimes de furto e roubo, indica o elemento normativo do tipo.
- ② segundo entendimento predominante no STJ, o emprego de arma de brinquedo qualifica o crime.
- ③ se um dos agentes quis participar de um furto, não assumindo o risco de que o comparsa viesse a cometer roubo, responderá apenas por furto, com a pena aumentada de até a metade se o resultado mais grave fosse previsível.
- ④ desde que não ocorra violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- ⑤ se o marido subtrai as jóias de sua esposa, na constância da sociedade conjugal, com o auxílio de um terceiro, este responderá por furto qualificado pelo concurso de agentes, ao passo que o marido da vítima estará isento de pena.

QUESTÃO 30

Na aplicação da pena,

- ① será considerada circunstância agravante o fato de ter o agente cometido o crime contra mulher grávida.
- ② somente se verifica a reincidência quando o agente comete nova infração penal, depois de transitar em julgado a sentença que o tenha condenado por crime anterior.
- ③ para a fixação da pena-base o juiz levará em consideração as circunstâncias atenuantes e agravantes.
- ④ no concurso formal impróprio, as penas dos crimes aplicam-se cumulativamente, se a ação é dolosa e os crimes resultam de desígnios autônomos.
- ⑤ em face do princípio da legalidade não será possível considerar-se, mesmo se em benefício do acusado, circunstância atenuante relevante que não esteja prevista em lei.

IMPrensa

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 31

A prisão em flagrante é medida cautelar de caráter pessoal, estando sujeita aos princípios que informam as prisões provisórias. Acerca desse assunto, julgue os seguintes itens.

- ① Cometido um homicídio, em local ermo, sem que ninguém o tenha testemunhado, o autor do crime, no dia seguinte, ao apresentar-se à autoridade policial, que não tinha conhecimento do fato, pode ser preso em flagrante delito.
- ② A prisão em flagrante somente é válida se efetuada no prazo máximo de vinte e quatro horas após o crime haver sido praticado.
- ③ Não é possível a prisão em flagrante para crimes punidos com pena de detenção.
- ④ Será inválido o auto de prisão em flagrante em que não forem ouvidas, pelo menos, três testemunhas que presenciaram o crime.
- ⑤ A entrega da nota de culpa ao autuado deve ocorrer no prazo máximo de vinte e quatro horas após a prisão.

QUESTÃO 32

A respeito da prisão preventiva, julgue os itens seguintes.

- ① A decretação da prisão preventiva gera a preclusão *pro iudicato* para o juiz.
- ② O limite máximo para a manutenção da prisão preventiva é de cento e oitenta dias.
- ③ Por estar ausente o *fumus boni iuris*, inerente a toda prisão cautelar, não pode o juiz manter a prisão preventiva do réu, quando prolatar sentença absolutória.
- ④ É possível a decretação de prisão preventiva, após o relaxamento da prisão em flagrante por falta de nomeação de curador ao autuado menor de vinte e um anos.
- ⑤ Demonstrados a periculosidade e os maus antecedentes do autor de contravenção penal, permite-se a decretação de sua prisão preventiva.

QUESTÃO 33

A prisão temporária

- ① pode ser decretada para assegurar a aplicação da lei penal.
- ② não pode ser decretada antes do interrogatório do indiciado.
- ③ não pode ser decretada de ofício pelo juiz, mesmo se tratando de crime hediondo.
- ④ pode ser decretada por juiz plantonista.
- ⑤ tem duração máxima de dois dias.

QUESTÃO 34

A respeito dos recursos em processo penal, julgue os itens abaixo.

- ① Em razão da disponibilidade dos recursos, é vedado estenderem-se, ao co-réu que não apelou, os efeitos da decisão prolatada no julgamento de apelação na qual se reconheceu a atipicidade da conduta narrada na denúncia, absolvendo-se o acusado que efetivamente recorreu da sentença condenatória.
- ② Não comporta recurso em sentido estrito a decisão do juiz que se dá por competente para conhecer e julgar a causa penal a ele distribuída.
- ③ Em face do princípio do interesse, o Ministério Público não pode recorrer para postular a decretação de nulidade de ato processual que prejudicou exclusivamente a defesa do réu.
- ④ Da decisão majoritária prolatada na segunda instância, desfavorável ao réu, admitem-se embargos infringentes e de nulidade.
- ⑤ No julgamento de apelação interposta ao fundamento de que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos, o Tribunal de Justiça, reconhecendo o equívoco do Conselho de Sentença, fará a devida retificação da decisão, se a sentença tiver sido condenatória.



QUESTÃO 35

No julgamento dos crimes dolosos contra a vida,

- ① prevalece o princípio da íntima convicção, em relação à avaliação das provas produzidas.
- ② os jurados podem inquirir as testemunhas.
- ③ é proibida à defesa e à acusação a leitura de documento que não tiver sido comunicado à parte contrária com antecedência de, pelo menos, três dias.
- ④ cabe aos jurados a fixação da pena devida ao réu, em relação à infração penal conexa ao crime doloso contra a vida.
- ⑤ o assistente de acusação falará depois do Promotor de Justiça.

QUESTÃO 36

Constitui nulidade absoluta

- ① a falta de intimação do advogado do réu quanto à data da audiência de inquirição de testemunhas de acusação, designada no juízo deprecado.
- ② a denúncia que não contém a qualificação completa do imputado.
- ③ a ausência de alegações finais escritas, nos crimes da competência do Tribunal do Júri.
- ④ a citação do réu por edital, na hipótese de haver-se escusado de atender o oficial de justiça.
- ⑤ a ausência do libelo.

QUESTÃO 37

Após obter livramento condicional em relação à pena de dez anos que cumpria em virtude de condenação por crime de estupro, Libertino veio a reincidir na prática criminosa. Desta vez, constrangeu Jorgete, mulher sem quaisquer recursos financeiros, habitante de uma favela, a com ele manter relações sexuais, sob ameaça de que, se não anuisse ao coito, ele iria estuprar a filha da vítima, de apenas cinco anos de idade. Cometido o crime, Jorgete resolveu, alguns meses após o fato, comparecer à delegacia de polícia, para oferecer a *notitia criminis*. Nesse caso,

- ① o crime é de ação penal privada.
- ② tão logo noticiado ao juiz das execuções criminais a prática do estupro por Libertino, o seu livramento condicional será imediatamente revogado.
- ③ a prisão preventiva de Libertino, assim que noticiada e apurada a prática do estupro, será obrigatória, em face da natureza hedionda do crime.
- ④ poderá a autoridade policial, se Libertino vier a ser preso, decretar sua incomunicabilidade, tendo em vista o interesse da sociedade e a conveniência da investigação.
- ⑤ se Libertino vier a ser condenado pelo estupro, poderá ser beneficiado por anistia.

QUESTÃO 38

O Ministério Público denunciou Mandrake e Coperfield por crime de furto qualificado pelo concurso de agentes e pela escalada. Encerrada a instrução criminal, o juiz recebeu os autos para sentenciar. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- ① O juiz não poderá condenar os réus, se o Ministério Público, em suas alegações finais, tiver requerido a absolvição de ambos os acusados.
- ② O juiz proferirá decisão terminativa, sem enfrentar o mérito da causa, se lhe restarem dúvidas quanto à autoria do crime.
- ③ O juiz poderá desclassificar a conduta para furto simples sem previamente ouvir, a esse respeito, o Ministério Público.
- ④ A sentença não será nula, se o juiz aplicar pena mais grave, sem prévia manifestação da defesa, na hipótese de *emendatio libelli*.
- ⑤ Tanto o Ministério Público quanto o Defensor Público do Estado que patrocinou a defesa do acusado serão intimados pessoalmente da sentença.

IMPRENSA

QUESTÃO 39

Zezinho, exemplar e renomado funcionário público federal, sem antecedentes criminais, foi denunciado pelo Ministério Público por haver praticado o crime de violação de sigilo funcional, previsto no art. 325 do Código Penal, cuja pena prevista é de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa. Antes mesmo de ser recebida a denúncia, Zezinho, inconformado com a persecução penal, obteve licença-prêmio no serviço público e mudou-se, temporariamente, do país, indo residir na Colômbia, sem prévia comunicação ou autorização judicial. Nessa hipótese,

- ① o juiz poderá decretar, tão logo receba a denúncia, a prisão preventiva de Zezinho, por conveniência da instrução criminal e para garantir a aplicação da lei penal.
- ② a citação, conhecido o endereço de Zezinho no exterior, poderá ser feita por via postal, já que o crime a ele imputado é afiançável.
- ③ não sendo encontrado no endereço constante dos autos, o processo será suspenso, salvo se Zezinho constituir um advogado para patrocinar sua defesa.
- ④ antes de receber a denúncia, deverá o juiz ordenar a notificação do denunciado, para responder à acusação, no prazo de quinze dias.
- ⑤ se o processo vier a ser suspenso, em face da revelia do réu, o prazo prescricional também será suspenso.

QUESTÃO 40

Acerca das provas no processo penal, julgue os itens que se seguem.

- ① A prova reconhecida como ilícita, por violar norma constitucional de proteção ao indivíduo, pode contaminar, de acordo com o entendimento predominante na doutrina e jurisprudência pátrias, as outras provas que daquela sejam natural consequência.
- ② Ante o princípio da liberdade das provas, a menoridade do réu pode ser demonstrada por duas testemunhas idôneas.
- ③ No procedimento comum, vigora, na inquirição das testemunhas, o sistema do exame cruzado (*cross examination*).
- ④ Sendo o acusado ou indiciado menor de vinte e um anos, poderá ser-lhe nomeado, para funcionar como curador em seu interrogatório, o próprio advogado dativo ou constituído.
- ⑤ Anulada a prisão em flagrante, por ter sido lavrado o auto em desconformidade com a lei processual, os elementos de convicção recolhidos naquela peça não poderão servir para lastrear a denúncia ou queixa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 41

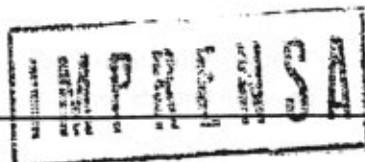
Considerando a insuficiência dos recursos previstos na lei orçamentária municipal, para a realização de obras de pavimentação, e que todos os recursos já estavam comprometidos com outras despesas, determinado prefeito municipal baixou decreto, publicado no dia 15 de maio de 1997, instituindo uma taxa de pavimentação, a ser cobrada a partir de agosto do mesmo ano. Os contribuintes visados, insatisfeitos com a criação de mais um tributo, poderão

- ① impugnar a cobrança do tributo, com fundamento no princípio da legalidade.
- ② impugnar a cobrança do tributo, com base no princípio da anterioridade.
- ③ impugnar a cobrança do tributo, com o argumento de que o seu fato gerador não constitui serviço específico e divisível.
- ④ requerer, tão-somente, o parcelamento do valor do tributo.
- ⑤ requerer a compensação do valor do tributo com a quantia paga a maior, a título de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU).

QUESTÃO 42

No atual direito constitucional tributário positivo brasileiro, o empréstimo compulsório

- ① poderá ser instituído no caso de conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
- ② tem o produto da sua arrecadação vinculado à despesa que fundamentou a sua instituição.
- ③ poderá ser criado apenas por meio de lei complementar, que estabelecerá as suas hipóteses de incidência, além daquelas previstas na Constituição Federal.
- ④ estará sempre sujeito ao princípio da anterioridade.
- ⑤ não poderá, jamais, ser instituído por estado federado ou por município.



QUESTÃO 43

Nos arts. 150 a 152, a Constituição Federal dispõe acerca de importantes princípios em matéria tributária, que visam, ao mesmo tempo, limitar o poder dos entes tributantes e proteger os contribuintes. Em relação aos princípios constitucionais tributários, julgue os itens abaixo.

- ① Não ferem o princípio da legalidade a instituição e o aumento de tributos por meio de medidas provisórias.
- ② O princípio da anterioridade, segundo o qual as entidades governamentais não podem cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, não se aplica aos impostos sobre importação, exportação, produtos industrializados, propriedade territorial rural e grandes fortunas.
- ③ A Constituição não prevê exceção alguma ao princípio da irretroatividade da lei.
- ④ O princípio da igualdade é aplicável somente a impostos pessoais.
- ⑤ O princípio da uniformidade geográfica comporta atenuações nas hipóteses de concessão de incentivos fiscais que objetivem promover o equilíbrio socioeconômico de diferentes regiões do país.

QUESTÃO 44

Relativamente aos impostos de competência da União, de que tratam os arts. 153 e 154 da Constituição Federal, julgue os itens seguintes.

- ① Desde que observados os limites e as condições estabelecidos em lei, podem ter as alíquotas alteradas pelo Poder Executivo os impostos sobre importação, exportação, produtos industrializados e propriedade territorial rural.
- ② No que concerne aos impostos sobre produtos industrializados, beneficiam-se da denominada imunidade extravagante os produtos industrializados destinados ao exterior.
- ③ O imposto sobre grandes fortunas e os impostos pertencentes à competência residual da União serão instituídos mediante lei complementar.
- ④ O imposto sobre a propriedade territorial rural, dado o seu caráter extrafiscal, destinando-se a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas, poderá ser utilizado como instrumento para o confisco de propriedades manifestamente improdutivas, para fins de reforma agrária.
- ⑤ Os impostos extraordinários, instituídos pela União na iminência ou no caso de guerra externa, poderão ensejar casos de bitributação.

QUESTÃO 45

Quanto às contribuições sociais, julgue os itens que se seguem.

- ① Considerando ser o faturamento das pessoas jurídicas o fato gerador das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar n.º 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar n.º 8, de 3 de dezembro de 1970, não seria constitucionalmente possível a instituição, pela Lei Complementar n.º 70, de 30 de dezembro de 1991, da contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS), cujo fato gerador é também o faturamento das empresas.
- ② As contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas revestem-se de função parafiscal. Todas as contribuições sociais, exceto as de seguridade social, são de competência exclusiva da União.
- ③ As contribuições de intervenção no domínio econômico e as de interesse de categorias profissionais ou econômicas só poderão ser exigidas após noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
- ⑤ Somente a União, mediante lei complementar, poderá instituir novas contribuições para a previdência e assistência sociais, com base na competência tributária residual.

QUESTÃO 46

A respeito da interpretação e da integração da legislação tributária, julgue os itens a seguir.

- ① Os princípios do direito privado podem ser utilizados para se determinarem os efeitos tributários dos institutos, conceitos e formas do direito civil ou do direito comercial.
- ② Lei ordinária poderá, eventualmente, redefinir o conceito do direito privado utilizado por norma constitucional para estabelecer competência tributária.
- ③ No caso de dispensa do cumprimento de obrigação tributária acessória, admite-se o emprego da analogia.
- ④ Em matéria de infração à lei tributária, havendo dúvida sobre a pena cabível, entre as várias penas previstas em lei, aplica-se aquela que for mais favorável ao acusado.
- ⑤ Ainda que para solucionar situação manifestamente injusta, não é possível utilizar-se a equidade para dispensar o pagamento de tributo devido.



QUESTÃO 47

O Código Tributário Nacional (CTN), no art. 96, ao estabelecer o significado e o alcance da expressão **legislação tributária**, determina que tal expressão abranja as leis, os tratados internacionais, os decretos e as normas complementares que tratam de tributos e relações jurídicas a eles concernentes. Além dos citados, são ainda formas de expressão do direito tributário: a Constituição e suas emendas, leis complementares, leis delegadas, medidas provisórias e outros atos jurídicos normativos pertinentes à matéria tributária. Acerca das formas de expressão do direito tributário, julgue os itens seguintes.

- ① Sabendo que a Constituição Federal, no art. 150, VI, c, dispõe que é vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei, é correto concluir que, nessa situação, tal lei será ordinária.
- ② Poderá ser alterada ou revogada por lei ordinária a lei complementar que discipline matéria situada fora do campo que lhe foi reservado pela Constituição.
- ③ Será inconstitucional a lei ordinária que invada o campo reservado pela Constituição às leis complementares.
- ④ Considerando que o art. 98 do Código Tributário Nacional dispõe, *ipsis verbis*, que os "tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna e serão observados pela que lhes sobrevenha", é correto concluir que tal dispositivo legal deve ser interpretado no sentido de que os tratados internacionais prevaleçam sobre a legislação tributária interna, sem, no entanto, revogá-la.
- ⑤ A falta de pagamento do tributo devido, por haver sido erroneamente dispensado por meio de norma complementar, exclui o contribuinte da imposição das penalidades, da cobrança de juros de mora e da correção monetária.

QUESTÃO 48

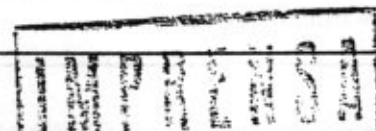
No que se refere ao sujeito passivo da obrigação tributária, julgue os itens abaixo.

- ① Em se tratando de obrigação acessória, o sujeito passivo pode ser tanto o contribuinte quanto uma pessoa que não tenha relação direta com o fato gerador da obrigação principal.
- ② Não poderá ser considerada como sujeito passivo a sociedade comercial irregular, ainda que configure unidade econômica ou profissional.
- ③ A faculdade de escolha do domicílio tributário não pode sofrer restrições impostas pela autoridade administrativa.
- ④ Os pais são sempre responsáveis pelos tributos devidos por seus filhos menores.
- ⑤ Não sofrerá punição aquele que procurar o fisco, espontaneamente, e confessar o cometimento de infração.

QUESTÃO 49

O crédito tributário decorre de imposição legal e constitui parte fundamental da receita pública. Por conseguinte, o CTN outorga-lhe vantagens em relação a créditos de outra natureza. A respeito das garantias e privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir.

- ① Além das previstas no CTN, outras garantias para o crédito tributário poderão ser estipuladas por meio de lei.
- ② Não respondem pela quitação tributária os bens do sujeito passivo que, anteriormente à instituição do crédito tributário, hajam sido gravados pelas cláusulas de inalienabilidade ou impenhorabilidade.
- ③ Será considerada fraudulenta, em qualquer circunstância, a venda de bem por devedor de tributo, desde que o crédito tributário se encontre em fase de execução.
- ④ Tendo em vista os privilégios de que goza, o crédito tributário tem preferência sobre qualquer outro crédito.
- ⑤ Se mais de uma pessoa jurídica de direito público tiver crédito tributário a receber, ocorrerá concurso de preferência, na seguinte ordem: a) União; b) estados, Distrito Federal e territórios, conjuntamente e mediante rateio; c) municípios, conjuntamente e mediante rateio.



QUESTÃO 50

Acerca da administração tributária, julgue os seguintes itens.

- ① Será considerada abusiva a fiscalização de pessoas que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- ② Mediante intimação escrita, todas as pessoas são obrigadas a prestar informações às autoridades administrativas, no interesse da aplicação da legislação tributária, independentemente do segredo profissional.
- ③ O dever de sigilo funcional não impede a Fazenda Pública de prestar informações relativas a sujeitos passivos que tenham sido requisitadas por autoridade judiciária no interesse da Justiça.
- ④ As Fazendas Públicas de todas as entidades governamentais deverão ajudar-se mutuamente na fiscalização dos tributos respectivos e na permuta de informações, dependendo de previsão em lei ou em convênio.
- ⑤ O próprio agente fiscal, sem valer-se do chefe da repartição, poderá requisitar o auxílio de força pública, quando for vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 51

Julgue os itens abaixo.

- ① A previdência social brasileira tem por objetivos e diretrizes organizacionais, entre outros, a universalização da participação mediante contribuição, a preservação do valor real dos benefícios e a previdência complementar facultativa custeada por contribuição adicional.
- ② Salário-de-contribuição para o empregado e o trabalhador avulso é a remuneração efetivamente percebida ou creditada a qualquer título, durante o mês, em uma ou mais empresas, inclusive os ganhos habituais sob a forma de utilidades, respeitado o limite mínimo estabelecido pela legislação e ressalvadas as parcelas desprovidas de natureza salarial, tais como salário-família, vale-transporte, ajudas de custo etc.
- ③ Sujeito passivo da obrigação previdenciária é aquele que, assumindo ou não a condição de contribuinte, está obrigado a efetuar o pagamento dos valores devidos à Previdência Social.
- ④ Compete às empresas manter, à disposição da fiscalização, pelo prazo mínimo de cinco anos, folhas de pagamento das remunerações pagas ou creditadas aos segurados que lhes prestam serviços.
- ⑤ O prazo prescricional das ações destinadas à cobrança do débito previdenciário é de trinta anos.

QUESTÃO 52

Julgue os itens seguintes.

- ① Ao aposentado pelo Regime Geral da Previdência que voltar a exercer atividade alcançada por esse mesmo Regime estará facultada a reafiliação ao sistema previdenciário, na condição de segurado especial, sujeitando-se, nesse caso, ao pagamento das contribuições devidas para custeio da seguridade social.
- ② A omissão da empresa nos descontos previdenciários a que for obrigada por lei transfere, automaticamente, a responsabilidade respectiva aos segurados.
- ③ Tratando-se de entidade ou órgão da administração federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, os respectivos dirigentes responderão pessoalmente pelas multas aplicadas em decorrência de infrações às normas da Lei n.º 8.212/91.
- ④ O pagamento de multas pelas quais responda pessoalmente o dirigente de entidade ou órgão da administração federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, aplicadas em decorrência de infrações às normas da Lei n.º 8.212/91, deverá ser efetuado mediante débito em folha de pagamento, tão logo seja apresentada a requisição expedida pelo órgão competente.
- ⑤ Serão solidariamente responsáveis pelo pagamento, em caso de mora superior a trinta dias no recolhimento das contribuições previdenciárias, os administradores de autarquias e fundações públicas, criadas e mantidas pelo poder público, de empresas públicas e sociedades de economia mista sujeitas ao controle da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

Lei n.º 8.212/91 (...)

Art. 95 - Constitui crime:

(...)

d) Deixar de recolher, na época própria, contribuição ou outra importância devida à Seguridade Social e arrecadada dos segurados ou do público.

(...)

Parágrafo 3.º - Consideram-se pessoalmente responsáveis pelos crimes acima caracterizados o titular da firma individual, os sócios solidários, gerentes, diretores ou administradores que participem ou tenham participado da gestão da empresa beneficiada, assim como o segurado que tenha obtido vantagens.

Código Penal (CP) (...)

Art. 168 - Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

(...)

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

(...)

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão, de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Lei n.º 8.137/90 (...)

Art. 1.º - Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

(...)

Art. 2.º - Constitui crime da mesma natureza:

(...)

II - Deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo da obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos; (...)

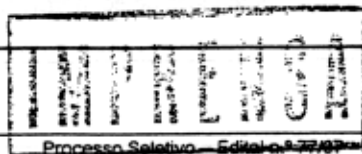
Com o auxílio desses textos legais, analise a seguinte situação.

Um contador que presta serviços autônomos a diversas empresas confeccionou, seguindo orientação de um de seus clientes, guias falsas de recolhimento de contribuições previdenciárias, devidamente autenticadas, com o objetivo de permitir a apropriação definitiva daqueles valores. Logo após o primeiro mês em que foi efetivada com êxito a manobra, fiscais da previdência social descobriram o fato, e o empresário flagrado, titular da empresa, com o propósito de dificultar a ação autarquia, simulou o desaparecimento dos comprovantes de arrecadação e tentou deixar o país.

QUESTÃO 53

A partir da situação proposta, julgue os itens que se seguem.

- ① Segundo a jurisprudência do STJ, o contador praticou, em concurso formal, os crimes de falsidade ideológica (CP, art. 299) e de estelionato (CP, art. 171).
- ② Na forma da jurisprudência do STF, o crime de falsidade ideológica, praticado como meio para o estelionato, não é absorvido por este, ainda que tenha sido exclusivamente concebido para tal fim.
- ③ Por aplicação do princípio da especialidade, que informa o conflito de normas penais, o crime caracterizado corresponde apenas ao inscrito no art. 95, d, da Lei n.º 8.212/91.
- ④ De acordo com a orientação jurisprudencial do STJ, o titular da empresa cometeu vários crimes em concurso material, sujeitando-se à punição própria das condutas tipificadas nos arts. 299 (falsidade ideológica), 168 (apropriação indébita) e 171 (estelionato) do CP; 95, d, da Lei n.º 8.212/91; e 2.º, II, da Lei n.º 8.137/90.
- ⑤ Não está caracterizado o concurso de agentes, já que o contador participou do(s) delito(s) sem se beneficiar de seu(s) resultado(s), apenas agindo por força de obrigação contratual assumida.



QUESTÃO 54

Ainda com base na situação proposta, julgue os itens abaixo.

- ① Admitindo-se a prática dos crimes de falsidade ideológica e estelionato, o concurso de crimes ocorrido assumiu natureza homogênea.
- ② De acordo com o entendimento do STJ, o contador praticou delitos em concurso formal impróprio.
- ③ No concurso formal imperfeito de crimes, as penas privativas de liberdade devem corresponder à soma das penas estabelecidas para cada um dos delitos cometidos.
- ④ A pessoa jurídica assumiu também a condição de sujeito ativo dos delitos configurados na situação.
- ⑤ O sujeito passivo constante ou formal dos delitos referidos foi o próprio Estado, assumindo a autarquia previdenciária a posição de sujeito passivo eventual ou material.

QUESTÃO 55

Julgue os itens que se seguem.

- ① De acordo com a jurisprudência do STF, nos crimes contra a ordem tributária a extinção da punibilidade, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia, pressupõe a satisfação integral do débito ou o respectivo parcelamento.
- ② Não havendo sanção para o tipo descrito na Lei n.º 8.212/91 – “omitir total ou parcialmente receita ou lucro auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições, descumprindo as normas legais pertinentes” –, resta inviável a punição do agente que o pratica, pois o Código de Processo Penal (CPP) prevê a não-responsabilização penal quando o fato imputado não constitui crime.
- ③ Na hipótese de a conduta ilícita identificar mais de um delito, como no caso do art. 95, d, da Lei n.º 8.212/91, em relação ao tipo descrito no art. 2.º, II, da Lei n.º 8.137/90, a pena a ser aplicada, em qualquer circunstância, será a mais grave das estabelecidas para cada um dos ilícitos, aumentada da sexta parte à metade.
- ④ A ação penal, nos crimes contra a Previdência, deve ser exercida pelo Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal, admitida a assistência da autarquia previdenciária.
- ⑤ Quando não-oferecida a denúncia no prazo legal, nos casos dos crimes cometidos contra a Previdência Social, será admissível a representação ao Procurador-Geral da República para que a ofereça, designe outro procurador para tanto ou determine o arquivamento das peças informativas recebidas.

QUESTÃO 56

Julgue os itens a seguir.

- ① O servidor público, cujas atribuições envolvam verificação, lançamento ou fiscalização de tributos, que concorrer para a prática do crime de sonegação fiscal não sofrerá qualquer punição, caso o débito seja integralmente saldado antes do recebimento da denúncia.
- ② Sem que haja consentimento do proprietário, será sempre ilegal a invasão de sua residência por fiscal previdenciário, com o objetivo de apreender documentos comprobatórios da prática de crime contra a Previdência.
- ③ Segundo a jurisprudência do STJ, a extinção da punibilidade pelo pagamento do débito previdenciário, hipótese prevista na Lei n.º 9.249/95, alcança também o delito de falsidade ideológica e todos os outros crimes que tenham sido cometidos com o propósito único de viabilizar o delito principal.
- ④ Os prefeitos municipais não poderão ser sujeitos ativos do crime capitulado na alínea d do art. 95 da Lei n.º 8.212/91.
- ⑤ A responsabilidade criminal, no caso da omissão no recolhimento previdenciário, será, sempre, exclusiva do titular da firma individual, segundo previsto pelo art. 95, § 3.º, da Lei n.º 8.212/91.

